

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis

F
327
C824



B0033701

DE MORAES CORREIA

RIO-BRANCO E A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NO "ROTARY CLUB DE RESENDE")

SEPARATA DA "REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO"
VOLUME 187 — ABRIL - JUNHO — 1945



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
RIO DE JANEIRO
1946

F 327.3
C824r
ex. 2

OSWALDO DE MORAES CORREIA

RIO-BRANCO E A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NO "ROTARY CLUB DE RESENDE")

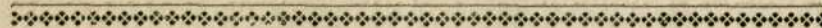
SEPARATA DA "REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO",
VOLUME 187 — ABRIL - JUNHO — 1945

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
RIO DE JANEIRO
1946

30033701

F
328.3
0.824w



A honra insigne que me conferistes, convidando-me para falar nesta comemoração, proporciona-me o prazer de sentir-me mais ligado a esta encantadora cidade que abriga tantos amigos diletos, como os companheiros do Rotary Clube de Resende.

É sempre um encantamento rever a enamorada do pico das Agulhas Negras, beijada pelo Paraíba — serpente líquida, arrastando-se, numa caminhada de 950 quilómetros, por entre as asperezas mantarazes de três Estados, desde a serra da Bocaina, para entregar-se, estuante, às vagas oceânicas, no litoral.

É o encantamento se renova e a satisfação aumenta, quando o pretexto é rara distinção conferida a um funcionário do Itamarati, no centenário do seu patrono e glória.

Resende, que sempre esteve na vanguarda dos movimentos cívicos, não podia deixar de estar presente a esta consagração nacional a um preceptor de Civismo, àquele que, "pelo talento, saber e patriotismo, dilatou o território da Pátria, do Norte ao Sul, e, no governo, elevou-a, engrandecendo-a, nobilitando-a".

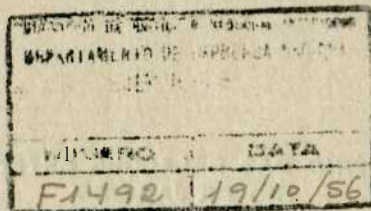
Falar de Rio Branco, num cenáculo rotário, é, por certo, uma grande responsabilidade!

Vulto conspícuo e eminente, expressão de valor da História Pátria, tem sido apreciado em várias facetas da sua vida, tem sido estudado nos múltiplos aspectos da sua obra ciclópica por autorizados e eruditos historiadores e notáveis cultores das letras, nacionais e estrangeiros.

Para Rui Barbosa não era só "um vulto que se projeta sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como Deus Terminus da nossa integridade nacional", era, de fato, "um nome universal, uma reputação imaculada, uma glória brasileira".

Para Leopoldo Gimenez êle foi "um dos artífices da consciência jurídica do Continente".

Quando nasceu, a vinte de abril de 1845, o pai — José Maria da Silva Paranhos — já era político e parlamentar de renome. Estadista, Conselheiro do Império, o Visconde do Rio Branco, presidente do Gabinete de 7 de março de 1871, deixou o seu nome ligado para sempre à lei áurea da liberdade dos nascituros. Ao lado do Visconde; D. Teresa de Figueiredo Rodri-



gues, senhora de altas virtudes, verdadeira figura aristocrática dos salões do Segundo Império, atraía para o sóbrio e solarengo casarão da antiga Travessa do Senado os vultos de mais relevo da época. Aí, nesse ambiente elevado, em convívio com as mais destacadas personalidades, que debatiam, em sua presença, os problemas da vida nacional, ia o jovem Paranhos formando a sua mentalidade política, interessando-se, desde cedo, por todas as manifestações da causa pública, pela história e geografia do Brasil.

Surgiu, por assim dizer, com qualidades básicas: interesse fervoroso e amor genuíno pela Pátria.

Desde os bancos escolares do Colégio Pedro II, passando pelas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, onde recebeu, aos 21 anos, o grau de bacharel; no jornalismo paulista, primeiro, e pernambucano depois, nos tempos acadêmicos, revela o pendor do seu espírito, a sua paixão pela história do Brasil. Os estudos clássicos, a história, a geografia, determinaram, desde o primeiro momento, o rumo de sua vocação.

Ainda estudante, fêz a sua estreia como historiador militar com o ensaio sobre "Episódio da Guerra do Prata", publicando, logo depois, a biografia do capitão de fragata Bento Barroso Pereira, morto em águas de Montevidéu, e, mais tarde, outro interessante trabalho de reivindicação histórica, esboço biográfico do general Barão de Serro Largo, morto na batalha de Passo do Rosário. Estes ensaios, a que se seguiram outros, indicam o seu culto às tradições militares do Brasil.

Em 1867, vai à Europa aperfeiçoar estudos e idiomas estrangeiros. Ao regressar, foi nomeado professor de História e Geografia do Colégio Pedro II, que deixou, logo depois, para ocupar o cargo de promotor público da Comarca de Nova Friburgo.

Por essa época, o primeiro Rio Branco, que pertencia, por sua organização privilegiada, a uma classe de homens de rara superioridade, foi enviado ao Rio da Prata, como chefe de Missão especial a fim de resolver as complexas questões supervenientes da Guerra da Tríplice Aliança. A esse diplomata do Império, estadista de uma monarquia, foi depois dado o encargo de conservar a existência política do Paraguai, vencido, de formar um governo provisório e de criar a máquina de um regime republicano.

Secretariando o pai, na Missão especial, aproveitou Paranhos Júnior a oportunidade para realizar estudos locais. Os fatos o levariam a palmilhar os mesmos campos de ação em que se desenvolveu a atividade do pai.

Jornalista à frente de "A Nação", e deputado em duas legislaturas, teve ocasião de bater-se na imprensa e no parlamento pela lei de 28 de setembro. Havia conquistado reputação de inteligência e cultura, e o caminho que leva aos triunfos da vida pública se abria para ele. Mas não era este o rumo por

onde iam seus pensamentos. A visão da Europa longínqua, com seu prestígio da civilização palpitante de beleza e de ideias, se levantava sobre qualquer outro anseio de seu espírito.

Embora consciente da grave responsabilidade de um grande nome que herdara, renunciou às ambições políticas e às agitações do jornalismo, para assumir um posto consular, cujas obrigações não lhe tomavam o tempo que desejava para melhor dedicar-se aos estudos da sua predileção e que seriam de tanto proveito para a Pátria.

Vinha de longe essa pretensão de Juca Paranhos, mas sempre encontrou a obstinada recusa do Imperador.

Em carta ao seu amigo Barão de Cotegipe, falando de sua candidatura, êle confessava: "o Imperador me tem contrariado sempre. Isso me convence de que o Imperador há-de opor-se, mas estou persuadido de que V. Ex., querendo, vencerá mais esta campanha, tranquilizando-me de uma vez para sempre, depois de tantos anos de indecisão e espera. V. Ex., há-de, além disso, convir que é para constringer a certeza de que eu não possa obter uma nomeação destas, senão em ausência do Imperador."

Era nas vésperas da segunda viagem do monarca à Europa.

Cotegipe voltou ao Imperador, que relutou ainda, deixando que a Princesa Isabel, atendendo ao seu Ministro, traçasse com a sua assinatura num decreto de nomeação, o fulgurante destino de uma carreira gloriosa devotada às coisas da Pátria. Os seus méritos foram depois reconhecidos pelo próprio Imperador.

Na Europa, iria desenvolver-se aquela chama viva do seu espírito; ali receberia a confirmação, senão o batismo, de seu saber e de seu gosto, frequentando bibliotecas, arquivos e museus.

É verdadeiramente assombrosa a erudição, sobretudo a respeito do Brasil, que adquiriu e consolidou durante a sua permanência na Europa. O seu amor à Pátria levou-o à obstinação de querer "conhecer o Brasil, no seu solo, nos seus produtos, no seu céu, nas suas raças, na sua vida no passado, nas condições de sua existência no presente e na sua capacidade de crescimento e de grandeza no futuro." Acrescenta Eduardo Prado: "O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil, é uma coisa vertiginosa. Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fêz copiar todos os manuscritos, fêz deles extratos, distribuiu esses extratos em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e, com o mundo de suas notas, poderá êle um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil que será um monumento."

Com a mesma admiração referia-se José Veríssimo, sempre tão parco em elogios, à variedade e multiplicidade dos conhecimentos históricos de Rio

Branco: “Ele é seguramente hoje um dos mais profundos **sabedores** da nossa história: a nossa história militar, porém, desde o período colonial, ninguém talvez a conhece como ele. Ele sabe sem errar o nome dos navios ou dos regimentos e o número exato dos soldados, marinheiros, comandantes, oficiais, peças — e a espécie de cada uma — e mil outras **particularidades**, do lado português ou brasileiro e inimigo, de qualquer das batalhas das guerras holandesas e o mesmo dos combates terrestres, e o mesmo de todos os recontros, de todas as nossas guerras, desde a holandesa à do Paraguai.”

Araújo Jorge esclarece que todo esse opulento cabedal de fatos e informações destinava-o Rio Branco a uma vasta obra sobre a história diplomática e militar do Brasil, a cujo plano se encontram referências na correspondência mantida com Capistrano de Abreu e o Barão Homem de Melo, durante esse período de labor intenso.

Datam daquela época vários trabalhos de valor, como as “Efemérides Brasileiras”, e o artigo “Brésil”, da “Grande Encyclopédie”, de Lavasseur que, segundo o Embaixador Araújo Jorge, é uma resenha magistral dos principais fatos da geografia física, política e econômica do Brasil”. Salientam-se, ainda, as notas eruditas à “História da guerra da Tríplice Aliança”, de Schneider.

Pelo seu imenso saber e conhecimento das nossas questões limdeiras, foi escolhido em 1893 para ir a Washington, como defensor dos nossos interesses junto aos árbitros na questão de limites com a República Argentina, na velha disputa sobre o território das Missões. Iria realizar na República a obra traçada pelo pai, no Império, no pleito que surgiu, como se sabe, da dúvida a respeito de alguns rios que deveriam marcar a linha divisória dos dois países.

Era seu contendor o famoso Dr. Estanislau Zeballos, jurisconsulto e historiador, autor de uma Exposição sobre os direitos de seu país ao território contestado.

A “Memória”, apresentada ao árbitro e publicada sob o título “Questão de limites brasileiro-argentina”, é obra magistral de erudição e constitui, na frase de Eduardo Prado, alguns capítulos da parte menos conhecida da História da geografia sul-americana, escritos em seis volumes, acompanhados da produção de roteiros antigos, de cartas e de mapas e da análise minuciosa dos tratados e das narrativas dos exploradores, e tudo isso para identificar as nascentes, o curso, a foz e os nomes de dois obscuros rios do sistema hidrográfico platino”.

Se prevalecesse a teoria argentina sobre a matéria, perderíamos uma grande porção de território.

Rio Branco, com a sua extraordinária competência, com a serenidade e segurança de sua vasta cultura no domínio da história e da geografia, guiado

por um espírito de verdade, alcançou o seu primeiro triunfo com o laudo do presidente Cleveland que reconheceu plenamente os direitos do Brasil à posse definitiva daquele território.

Aquela “Memória”, verdadeiro monumento histórico e geográfico, teve o mérito de incorporar 30.622 quilômetros quadrados ao nosso patrimônio territorial. O crítico exigente que era José Veríssimo não hesitou em escrever sobre essa “Memória”: “Esse arazoado é um monumento de história geográfica e diplomática: assombroso é o que esse livro representa de saber, de inteligência, de trabalho e, diria, de tato”.

Outra complicada questão era a delicada pendência de limites do Amapá — a “Guiana brasileira”.

Para resolver o litígio sobre a jurisdição daquele território, o Brasil e a França assinaram um tratado de arbitramento, estabelecendo que fosse o governo suíço convidado a decidir qual era o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon.

Pela segunda vez, foi confiado a Rio Branco o patrocínio dos interesses do Brasil numa questão de geografia histórica, que se arrastava desde a Independência, produzindo notável trabalho — que se acha publicado em quatro tomos, um atlas e, em anexo, a obra de Joaquim Caetano “L'Oyapock et l'Amazone”.

O laudo do Conselho Federal Suíço, em dezembro de 1902, deu-nos ganho de causa, fazendo passar para a jurisdição brasileira 260.000 quilômetros quadrados de território litigioso.

As duas grandes vitórias conquistadas o sagrariam, pelo voto de nossos legisladores, e pelo consenso unânime da nação, um *benemérito da pátria*, para quem não havia separação entre o dever e o sacrifício.

“Os mais íntimos, os que assistiram de perto, em Washington, em Paris, em Berna, ao metucioso preparo e à laboriosa redação das memórias em defesa do Brasil, tiveram ocasião de admirar o homem em sua plena atividade intelectual, devorado pela febre do trabalho e tão absorvido pela sua obra, que os meses passados sem sair de casa parecem-lhe dias, e os breves instantes de repouso, tempo perdido...”

No ano seguinte, foi nomeado Ministro Plenipotenciário junto à Córte de Berlim.

Não durou muito a sua estada na capital germânica. O Conselheiro Rodrigues Alves, eleito Presidente da República, solicitou sua colaboração no governo a iniciar-se. Procurou esquivar-se, alegando: “penso poder ser mais útil à nossa terra, servindo-a no estrangeiro”. O apelo ao seu patriotismo para assumir a pasta das Relações Exteriores em um dos momentos dos mais graves da nossa história diplomática, fez interromper aquela ausência de vinte

c seis anos, para instalar-se no Itamarati, não sem bem avaliar a vastidão da empresa e a delicadeza do encargo de reabilitação internacional do Brasil, a que ia consagrar o último decênio de sua vida.

A época era das mais **difíceis**; nuvens de borrascas ensombrevam os céus dos lados do Acre; ânimos exaltados davam perspectiva sombria à intrincada questão acreana, que o governo de La Paz, em desespero de causa, agravava, instalando ali um poderoso sindicato **anglo-americano**.

Iam, pois, ser postos à prova o tato diplomático, o bom senso e o extraordinário conhecimento do grande defensor vitorioso dos direitos do Brasil nos prélios internacionais anteriores.

Entrando, logo, em negociações com a Bolívia, deu nova interpretação ao tratado de 1867, no tocante aos limites daquele trecho, e conseguia, em pouco menos de um ano, assinar o célebre Tratado de Petrópolis, reivindicando a posse de uns 190.000 km², tendo assim, **gloriosa** e pacificamente, alcançado a sua terceira vitória — vitória de estadista — cuja importância **êle** revela nestas palavras ao Presidente Rodrigues Alves: “para mim vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Ex., graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, **juílgadas** com tanta bondade pelos nossos concidadãos e que **pude** levar a termo em condições sem dúvida, muito mais **favoráveis**”.

Na verdade, a opinião geral hoje dominante é que aquele Tratado é a mais luminosa expressão do génio político de Rio Branco. A sua memória ficou perpetuada naquele monumento de sabedoria e previsão.

Daí em diante, o antigo solitário de gabinete dava lugar a uma personalidade forte, original, dominadora, a empolgar a opinião pública e tornara-se figura excepcional dentro do próprio governo.

No ano seguinte, esperava-lhe um **revés**: o laudo arbitral do Rei da Itália dando à Grã-Bretanha mais do que ela pleiteava na questão de limites com o Brasil, na Guiana Inglesa. Mas o Barão pôs em ação todo o seu conhecimento da matéria para desafrontar o país, vítima de tão clamorosa injustiça, e mandou dar **publicidade**, por **tôda** parte, a estudos críticos e gráficos demonstrativos da falta de **escrúpulo** dessa decisão **arbitral**; mas **que**, apesar de tudo, seria acatada pelo Brasil, cuja “Constituição política **proíbe** expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas”, como recordou em memorável discurso.

Joaquim Nabuco foi desagradado com a elevação de Ministro em Londres a Embaixador em Washington, sendo, ao mesmo tempo, a legação americana no Brasil elevada à categoria de Embaixada, — a primeira na América do Sul.

Após mais êsse sucesso diplomático, outro era alcançado com a criação para o Brasil do primeiro **cardinalato** na América.

Firmava-se, assim, o conceito do Brasil como potência de destaque no Continente, graças ao prestígio internacional de Rio Branco, cuja vocação americanista lhe valeu para resolver **definitivamente** todas as questões **pendentes** da nossa linha divisória, debatidas havia mais de quatro séculos, com fundamento nas Bulas de Alexandre VI e no Tratado de Tordesilhas.

Persistindo no seu propósito de realizar uma política continental de acordo com a tendência pacifista do país, consubstanciada na Constituição republicana, começou a preparar-se para a **reunião** da III Conferência Internacional Americana a realizar-se no Rio de Janeiro, em 1906.

Desde os cuidados materiais na construção ou adaptação de edifícios, encomenda de móveis, **alfaias**, louças, cristais, livros, até a **remodelação** completa do Itamarati para **apresentá-lo** como sede condigna da Chancelaria Brasileira, por **tudo** se interessava pessoalmente, em todas as minúcias, a fim de dar às **delegações** a mais favorável impressão do país, de sua gente e de seu governo.

A sua profissão de fé pacifista está gravada nos votos com que solenemente inaugurou essa memorável Conferência, desejando que dela resultasse “auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira **confraternidade internacional**”. Lançando as vistas para além dos horizontes visuais, indicou a rota segura — o reforçamento dos laços de solidariedade entre os povos deste hemisfério. Por isso dizia: “Já é dela um **penhor** êsse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal do progresso na paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis de comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles”.

No encerramento da Conferência, Rio Branco reafirmou que “o patriotismo brasileiro nada tem de **agressivo**” e que, “fiéis às tradições de nossa política exterior, trabalhamos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente, e particularmente com as que nos são mais vizinhas”. Definem suas tendências americanistas estas palavras finais: “a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e **gloriosa** irmã do norte”.

E se êste era o pensamento de Rio Branco em relação à América, o senso realista de que era dotado levou-o a frisar na mesma ocasião: “Aos países da Europa, a que **sempre** nos ligaram e hão-de ligar tantos laços morais e tantos interesses económicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso”.

O idealista que amava o direito, e a paz, que sonhava com uma América forte, unida, respeitada, iria, no ano seguinte, pela voz oracular de Rui Barbosa, na II Conferência Internacional da Paz, reunida na “Casa Maurício”, — principal relíquia de Haia, ver realizado o seu sonho de que o Novo Continente representaria um papel de importância no concerto das nações. E quando se procurou dividir os países em grandes e pequenas potências, viu-se Rio Branco prestigiar e secundar os esforços do representante brasileiro, na defesa da igualdade jurídica dos Estados soberanos, obtendo, por sua ação vigilante e real prestígio, que as Repúblicas Americanas apoiassem a tese defendida com tanta eloquência pelo eminente Embaixador brasileiro, em favor do direito e da paz, na magna assembleia de nações.

Naquela obra de elevação do Brasil no conceito das demais nações, a colaboração entre os dois grandes brasileiros foi completa e pôde Rui Barbosa dizer, primeiro ao próprio Rio Branco: que velava pelos interesses do país o ministro previdente e infatigável, cuja vida parece alimentar-se do amor de sua pátria”, e, depois ao Presidente Afonso Pena: “a esses resultados, na importância dos quais se compraz o povo brasileiro, não poderia ter chegado o seu representante na II Conferência da Paz, se não fosse a comunhão de sentimentos, em que lhe foi dado estar sempre, no desempenho de tão árdua missão, com o ilustre ministro das Relações Exteriores, cujos serviços ao país o tornam hoje um homem necessário na sua pasta, e com o chefe de Estado cujo apoio nunca lhe faltou”.

Confirmando essa identidade de trabalho dos grandes brasileiros, escreveu Rodrigo Otávio em suas “Memórias”: “O Barão do Rio Branco, informado de tudo o que se passava em Haia, entreteve com Rui Barbosa, durante todo o tempo da conferência, ativíssima correspondência telegráfica, na qual não só dava a orientação do governo sobre certos pontos, como prestava copiosas informações de doutrina, precedentes e opiniões de juristas, acerca das matérias em discussão”.

Não sendo coroados de êxito seus propósitos democráticos e pacifistas na conferência, o Brasil, guiado pelo Barão, persistiu nessa política de concórdia internacional, firmando, em oposição a doutrinas vencedoras em Haia, pactos de arbitramento geral com mais de trinta países.

É que para Rio Branco não bastava “dirimir conflitos seculares de caráter geográfico-histórico. Achava imprescindível impedir que surgissem outros”; por isso concluiu todos esses ajustes para a solução amistosa de questões que pudessem afetar nossa vida de relação com os demais povos.

Por iniciativa do Brasil, foi celebrado, em 1909, com a República Oriental do Uruguai, o Tratado pelo qual o Brasil concedia à Nação vizinha, espontaneamente e sem compensações, o direito do condomínio e jurisdição sobre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão.

E, assim por diante, foi resolvendo outras pendências territoriais de vulto, pelo acordo direto com as nações vizinhas.

Evocar essa trajetória triunfal, fixar essa consagração permanente que constitui o idealismo pacifista do Brasil, é desenhar no tempo e no espaço, a sombra augusta de Rio Branco, que admiramos hoje como um dos construtores da nacionalidade. Em sua obra reflete-se a minúcia sutil do mosaista, aspira-se o sopro vulcânico do criador.

Os sucessos que obteve não foram embaciados pelas lágrimas do desespero, nem provocaram gemidos de dor dos fracos e oprimidos. Foram, isto sim, iluminados pelos clarões de uma política de solidariedade e confraternização, que é a glória de sua carreira de diplomata e de estadista.

Apesar da sua popularidade e de sua projeção no cenário internacional, ou talvez por isso mesmo, foi, durante algum tempo, considerado em certos grupos da Argentina, como inimigo daquele país, visando a hegemonia do Brasil na América do Sul pelo emprego da força. Daí, não ter escapado das tramas do seu mais temível inimigo num escândalo internacional, como foi o caso do célebre telegrama n.º 9, falsificado com o fito de apresentar a política do Barão como ameaça à paz sul-americana.

Não tardou Rio Branco a desmascarar a intrujice, dando publicidade imediata à cifra secreta do Itamarati, com o que provou claramente a intriga e a má vontade de alguns desafetos, contra a opinião do grande número de amigos sinceros da República vizinha.

O interesse, que sempre demonstrou pela organização e aparelhamento das forças militares do país, não foi bem compreendido e daí a acusação que lhe fizeram de ser militarista, à qual revidou formalmente: “Hoje vejo que, conscienciosamente, ninguém mais, aqui ou no estrangeiro, deixa de reconhecer a sinceridade dos sentimentos pacifistas que sempre tenho manifestado”. E logo a seguir: “Se essa ideia conseguir firmar-se em todos os espíritos imparciais e o Brasil colhe, com a sincera amizade de todos os povos, e especialmente os do continente, os frutos de sua política desinteressada de concórdia e de paz, por feliz me terei eu em haver podido, — representante fiel do pensamento da nação e de seus presidentes, — ligar o meu nome a essa obra sem dúvida meritória e imperecível”. O seu sonho mais ardente, o seu anelo patriótico, era ver “um Brasil politicamente unido; socialmente coeso; economicamente independente; militarmente forte. Era a unidade moral e a grandeza material da pátria, sem as quais é sempre precária a soberania das nações”.

E foi, assim, a sua obra sempre inspirada pela fé de um dos espíritos mais perseverantes que já professaram na América o amor da Pátria.

Senhores! Agradeço, em nome do Itamarati, a participação do Rotary Clube de Resende nesta consagração nacional — preito de saudade e gratidão — ao integralizador do nosso território, ao zelador da nossa soberania.

Senhores! O Itamarati foi o tugúrio onde **êsse** asceta paciente se refugiava para, num esforço quase **ininterrompido**, trabalhar com o abundante material de **suas** pesquisas **intermináveis**; foi o quartel general desse **batalhador** infatigável pelo bem de sua pátria a que deu configuração definitiva e realce no concerto das **nações**; foi para **êle** o Altar da Pátria onde era o sacerdote a pregar civismo, concórdia, abnegação e fé nos destinos superiores da nacionalidade; é o sacrário onde se guardam os tesouros daquele espírito privilegiado, acumulados em tantos anos de atividade fecunda e de labor **inigualável**; o Itamarati, que é o templo onde se incensa perenemente a **sua** memória imortal, acaba de expor à veneração consciente dos brasileiros neste centenário, o **símbolo** do seu culto permanente — **êsse** vulto ecuménico cuja sombra augusta se espraia pela terra brasileira, que **êle** tanto amou, e se projeta para além das fronteiras que **êle** traçou.

Exaltar a obra e a vida de Rio Branco é fazer crepitar suas cinzas imortais, é arroubo de civismo e patriotismo, é comungar com os seus ideais e as suas **aspirações** cristãs por um mundo melhor, mais **feliz**, humano, pacífico e justo. Ao enaltecer a **existência** gloriosa de Rio Branco, não honramos **apenas** suas lições, sua obra, seu exemplo, — reacendemos a chama de **nossa** fé na Liberdade, no Direito e na Justiça.

IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1946